



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**(EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: O trabalho profissional de
Assistentes Sociais)**

**Serviço Social crítico e conservadorismo: desafios atuais da
prática profissional¹**

Ariane Andrade da Silva²

Fabíola da Silva Pereira³

RESUMO

O artigo analisa a gênese e a trajetória do Serviço Social, evidenciando tensões entre conservadorismo e renovação crítica da profissão. Aborda a emergência da categoria no capitalismo monopolista, influências externas e movimentos de reconceituação e renovação na América Latina e no Brasil. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, examina como crises econômicas, avanço do neoliberalismo e conservadorismo impactam a prática profissional, restringindo autonomia e direitos. Discute ainda o papel ético-político dos/as assistentes sociais frente às desigualdades estruturais, focalizando a defesa da cidadania, a mediação do Estado e a resistência às determinações institucionais e sociais.

Palavras-chaves: Conservadorismo; Neoliberalismo e Serviço Social.

Abstract: This article analyzes the genesis and trajectory of Social Work, highlighting tensions between conservatism and critical renewal within the profession. It addresses the emergence of the profession within monopoly capitalism, external influences, and movements of reconceptualization and renewal in Latin America and Brazil. Grounded in historical-dialectical materialism, it examines how economic crises, the advance of neoliberalism, and conservatism impact professional practice, restricting autonomy and rights. It also discusses the ethical-political role of social workers in the face of structural inequalities, focusing on the defense of citizenship, state mediation, and resistance to institutional and social determinations.

Keywords: Conservatism; Neoliberalism and Social Work

I INTRODUÇÃO

¹ O artigo apresentado conta com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB).

² Assistente Social e pesquisadora Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), Coordenadora de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

³ Assistente Social de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pesquisadora e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão que surge a partir das tensões sociais existentes no modo de produção capitalista, especificamente em sua fase monopolista, período em que o Estado toma para si a responsabilidade com as demandas sociais causadas pelo próprio sistema reprodutor. Outro ponto, é que a categoria em sua gênese assumiu práticas ajustadoras, com caráter abertamente conservador, cuja finalidade era controlar e ajustar o indivíduo à conjuntura social estabelecida.

Essas ações começam a se modificar na década de 1960 e 1970, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, conjuntura que marca o início de uma revisão crítica da prática tradicional da profissão. No Brasil, esse processo ganha força no final dos anos 1970, em pleno regime ditatorial, quando se inicia o Movimento de Renovação. A partir daí, a profissão passa a construir uma direção crítica, que se consolida na década de 1990 com o espraio da corrente marxista, base teórica que sustenta o projeto ético-político profissional.

Entretanto, as crises cíclicas do capitalismo e as estratégias de reestruturação do capital, associadas à expansão do neoliberalismo e ao fortalecimento do conservadorismo, redefiniram a sociabilidade contemporânea e incidiram diretamente sobre o trabalho profissional do/a assistente social. Esses processos ampliaram as expressões da Questão Social, intensificaram a precarização do trabalho e das políticas sociais e reforçaram práticas que reduzem direitos e limitam a autonomia profissional.

Na conjuntura atual, apesar dos avanços teórico-metodológicos conquistados com a intenção de ruptura, a profissão se vê tensionada: de um lado, reafirma sua direção crítica e seu compromisso ético-político; de outro, enfrenta limites concretos impostos por cortes de políticas públicas, burocratização e restrição da autonomia profissional. O avanço do conservadorismo intensifica tais contradições, pois restringe espaços de ação crítica e busca redefinir o papel do Serviço Social, afetando o seu projeto ético-político.

Frente a esse cenário, este artigo, fundamentado no materialismo histórico-dialético, tem como objetivo analisar os fundamentos do Serviço Social em sua gênese, evidenciando as tensões entre conservadorismo e renovação crítica da profissão. Busca-se compreender como esses processos históricos e estruturais, associados ao tensionamento do capital e ao avanço do neoliberalismo, impactam a consolidação do projeto ético-político profissional e condicionam a prática cotidiana do/a assistente social, tensionando sua autonomia, sua direção crítica e sua capacidade de mediação frente às expressões da Questão Social.

Ao retomar esse percurso histórico-crítico, pretende-se, ainda, problematizar em que medida as determinações estruturais do capitalismo dependente brasileiro incidem sobre as particularidades da intervenção profissional, exigindo do/a assistente social constante exercício de análise da totalidade social e de apreensão das mediações que atravessam o cotidiano institucional. Assim, parte-se do pressuposto de que compreender a gênese e o desenvolvimento sócio-histórico da profissão é condição fundamental para desvelar seus



desafios contemporâneos, fortalecer sua direção social crítica e reafirmar o projeto ético-político como instrumento de resistência e de construção de práticas comprometidas com a ampliação de direitos e com a transformação da realidade social.

II SERVIÇO SOCIAL: EMERGÊNCIA HISTÓRICA, PRÁTICAS CONSERVADORAS E A CONTÍNUA INTENÇÃO DE RUPTURA

O debate acerca da emergência do Serviço Social contempla diferentes interpretações. Montañó (2007), em *A Natureza do Serviço Social*, apresenta duas teses sobre o surgimento da profissão: endogenista⁴ e histórico-crítica. Este estudo adota a perspectiva histórico-crítica, que localiza a gênese do Serviço Social como categoria profissional no contexto do capitalismo monopolista, quando o Estado assume responsabilidade pelos problemas sociais. Nessa tese, reconhece que o/a assistente social, desde sua origem, desempenha um papel político, inicialmente direcionado a ações de ajuste moral dos indivíduos aos moldes estabelecidos pelo Estado, contribuindo para a reprodução da força de trabalho e da ideologia dominante (Montañó, 2007).

Fortalecendo esse debate, é no começo do século XX, em uma conjuntura de extrema exploração gerenciada pelo modo de produção capitalista, que a classe trabalhadora passa a se articular em busca de melhores condições de vida. É nesse contexto, que o proletariado dá início ao intenso debate acerca da Questão Social, obrigando o Estado, as classes dominantes e a Igreja a tomarem posição (Iamamoto, 2004 apud Ataídes, 2024).

É em meio a esse cenário que o Serviço Social surge, com forte influência da religião a categoria será vista

[...] como uma possibilidade profissional às ações do apostolado social - tanto como uma modalidade do exercício da caridade quanto uma maneira de intervir ideologicamente na classe trabalhadora, enquadrando-a às relações sociais vigentes, sendo o tratamento à “clientela” de cunho doutrinário e moralizador, “no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (Iamamoto, 2004, p. 21 apud Ataídes, 2024, p. 62).

Na América Latina, a primeira escola de Serviço Social foi criada no Chile em 1925, inicialmente sob fortes influências europeias e norte-americanas. A profissão surge vinculada a atividades caritativas e subordinadas a profissões como a medicina⁵. Para além disso, a categoria passou a fazer parte das organizações que buscavam um profissional que realizasse

⁴ Ao que diz respeito à tese endogenista, o autor destaca que esta defende uma ideia de evolução, que parte da concepção de que o Serviço Social surge de um desenvolvimento das atividades filantrópicas (Montañó, 2007).

⁵ O Serviço Social surge como uma subprofissão, atrelada à profissão médica, sendo portanto uma categoria pensada para otimizar o trabalho dos médicos. Além do mais, é importante destacar que o criador da primeira escola na América Latina foi o médico Dr. Alejandro Del Río (Castro, 2015).



as atividades de beneficência de forma técnica, aqueles que servissem para “fazer bem o bem” (Barreix, s.p apud Castro, 2015).

O Serviço Social surge e se desenvolve sob forte influência do pensamento conservador, inicialmente marcado pela tradição franco-belga e a partir dos anos 1940 pelo conservadorismo norte-americano. Nesse contexto, a profissão incorpora a solidariedade vinculada à ajuda e à caridade, mascarando os determinantes do capital e enfatizando as relações pontuais. Orientada pela filosofia humanista cristã e pelo reformismo conservador, a prática profissional passa a incorporar métodos de intervenção com indivíduos, grupos e comunidades, mas mantém-se ancorada em um projeto de base aristotélico-tomista (Ataídes, 2024).

Com a expansão das escolas de Serviço Social, intensifica-se a influência das Ciências Sociais de tradição conservadora, como a vertente empirista norte-americana, reforçando tendências pragmáticas da profissão. Observa-se um arranjo teórico-doutrinário em que o Serviço Social preserva seu caráter técnico-instrumental e missionário, incorporando as exigências de tecnificação da modernização da sociedade e do Estado, orientando ações educativas e organizativas junto ao proletariado urbano e articulando o discurso humanista cristão com princípios da teoria da modernização (Iamamoto, 2004 apud Ataídes, 2024).

Para Iamamoto (2004) apud Ataídes (2024), a trajetória do Serviço Social é marcada pela predominância de práticas e posturas conservadoras, as quais serão questionadas a partir do final da década de 1950, em um contexto de efervescência política na América Latina e de expansão das escolas de formação. O Movimento de Reconceituação, deflagrado em 1965, buscou construir uma perspectiva política e ideológica crítica voltada aos sujeitos sociais e coletivos, promovendo o enfraquecimento gradual do Serviço Social tradicional, associado a movimentos anticapitalistas e contrários ao imperialismo (Scheffer et al., 2021).

Ao que tange o contexto brasileiro, o processo de erosão do Serviço Social tradicional se dá através do Movimento de Renovação, o qual pode ser compreendido em três etapas⁶: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Está última, iniciada na década de 1970, momento que se afirma uma base teórica crítica marxista, orientada pelo materialismo histórico-dialético, que irá se espalhar na profissão no decorrer dos anos 90. Netto (2005), denomina a terceira fase de intenção de ruptura pois compreende que a profissão não rompeu de fato com o conservadorismo, mas apontou e buscou construir as condições para tal ruptura.

Em síntese, observa-se que o conservadorismo acompanha o Serviço Social desde sua gênese, configurando-se como uma marca estrutural de sua trajetória histórica. Apesar dos avanços teórico-metodológicos e da consolidação do Projeto Ético-Político crítico, ainda hoje é possível identificar resquícios conservadores na prática profissional, expressos em posturas assistencialistas, moralizantes e em respostas imediatistas às expressões da questão social. Esse conservadorismo persiste, também, em razão do avanço neoliberal e das exigências

⁶ Ver Netto (2005).



impostas pela lógica capitalista, que reforçam práticas de responsabilização individual e de redução das políticas sociais. Nesse sentido, a profissão continua a enfrentar o desafio de afirmar sua direção crítica frente às contradições contemporâneas.

III A PARTICULARIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE RECRUDESCIMENTO NEOLIBERAL E DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Levando em consideração que o Brasil é um país dependente e periférico, esse fato determina de maneira incisiva a produção e a reprodução das desigualdades sociais, especialmente para os/as trabalhadores/as que são atravessados/as pelos marcadores de classe, raça e gênero. Essa condição estrutural aprofunda processos de exploração, discriminação e exclusão, reforçando a precarização do trabalho, a negação de direitos e a naturalização das desigualdades. Por isso, é importante compreender a posição periférica do Brasil no cenário global e a partir daí, analisar como o funcionamento do capitalismo impacta de forma desigual diferentes grupos sociais, acentuando marcas históricas e sufocando possibilidades de ascensão social.

A partir das colocações de Tenenblat (2022), é possível destacar que na particularidade brasileira, a trajetória dos direitos sociais passou e ainda passa, por processos negativos de implementação:

Cumprir mencionar que o processo de implementação de direitos sociais no Brasil consubstancia uma longa história de desigualdades que são potencializadas, na contemporaneidade, pela reestruturação produtiva, pelo ideário neoliberal, pelas inúmeras contrarreformas do Estado, engendrados para solapar a agenda clássica de universalização de direitos e o sucateamento das políticas sociais, bem como por um profundo conservadorismo, sobretudo, do atual governo federal que flerta, diuturnamente, com ações e atitudes fascistas (Tenenblat, 2022, p.164).

Ademais, Tenenblat (2022) evidencia que há dois grupos sociais particularmente penalizados no processo de manutenção do poder. Trata-se de sujeitos cuja existência é constantemente ameaçada por meio do ódio direcionado às suas vidas: as mulheres e a juventude negra. Em outras palavras, esses segmentos tornam-se alvos preferenciais de violências simbólicas e materiais, expressando de forma incisiva as contradições estruturais e os mecanismos de exclusão presentes na sociedade contemporânea.

Esse tipo de conduta, orientada pela lógica de extermínio de vidas e praticada por grupos dominantes, remete a uma análise ainda mais aprofundada sobre dois fenômenos estruturantes da sociedade: a histórica segregação das mulheres e o racismo estrutural. No que tange a este último, observa-se que os/as assistentes sociais têm se debruçado de maneira mais sistemática sobre o tema apenas nos últimos anos, buscando não apenas evidenciar suas manifestações no cotidiano profissional, mas também incorporá-lo ao debate da questão social.



Ao analisarmos os exemplos da história brasileira mencionados anteriormente, percebemos que, quando atrelados à ideologia capitalista e conservadora, eles resultam em interferências negativas na conduta das relações sociais. Nesse sentido, veremos que a partir das colocações de Yazbek, Degenszajn e Paz (2019), como se dá esse conjunto de fenômenos e suas inflexões para o Serviço Social brasileiro.

As autoras Yazbek, Degenszajn e Paz (2019), buscam enfatizar em seus escritos, algumas expressões relacionados ao conservadorismo e suas inflexões para o Serviço Social, especialmente no governo que Jair Bolsonaro era presidente do Brasil, ou seja, um momento de ascendência do conservadorismo, neoliberalismo e da extrema direita. Outro ponto importante é que as autoras incorporam ao debate a análise do processo de formação sócio-histórico brasileiro, cuja influência é direta sobre as:

[...] desigualdades sociais criadas pela divisão internacional do trabalho onde se inserem os países da periferia capitalista dependente. Tais processos redimensionam a constitutiva superexploração da força de trabalho e a tradição autoritária e excludente do Estado e da sociedade brasileira (Yazbek, Degenszajn e Paz, 2019, p.08).

Além do mais, as autoras referenciadas anteriormente, também enfatizam em seus escritos, alguns elementos importantes para adensar a discussão do conservadorismo na contemporaneidade. Elas nos alertam para a necessidade de identificar o avanço e a centralidade que o pensamento conservador vem assumindo nos últimos anos:

O avanço do pensamento conservador e reacionário na atualidade questiona valores básicos do Estado democrático de direito, buscando construir uma nova política funcional à sociabilidade do capital, moldando um perfil particular para a questão social latino-americana e global e a desigualdade fundante que a constitui (Yazbek, Degenszajn e Paz, 2019, p.08).

A análise apresentada pelas autoras permite compreender que o conservadorismo, intensificado no contexto do governo Bolsonaro, não se trata de um fenômeno isolado, mas de uma expressão articulada às contradições históricas da formação social brasileira que visa atender aos interesses do capital.

Ao evidenciar a relação entre dependência econômica, desigualdade estrutural e autoritarismo, o texto nos leva a refletir sobre como essas determinações impactam diretamente o Serviço Social, tanto em relação às suas práticas profissionais, quanto na dimensão ético-política da categoria, defesa dos direitos sociais e a democracia. Nesse sentido, a crítica ao avanço conservador se coloca como indispensável para que a profissão não apenas reconheça os limites impostos pela conjuntura, mas também lute pela emancipação humana.

Dessa forma, o debate trazido pelas autoras reforça a necessidade de não naturalizarmos ideais e ações conservadoras excludentes. Pois, o conservadorismo pode ser visto como uma estratégia de manutenção das relações de exploração e dominação, conivente com a lógica do capital. Logo, a conjuntura contemporânea exige do Serviço Social uma postura crítica e comprometida com a defesa intransigente dos direitos e da democracia,



contrapondo-se à naturalização das desigualdades e ao fortalecimento de discursos reacionários. Por fim, compreender o conservadorismo contribui tanto na identificação dos seus efeitos negativos, quanto no papel que a profissão detém enquanto prática social que se ancora em princípios éticos e políticos de justiça social.

IV ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A atuação profissional dos/as assistentes sociais se mostra fundamental no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, historicamente produzidas pelas contradições do modo de produção capitalista. Além disso, o direcionamento da profissão se constitui como uma resistência frente às desigualdades e às formas de exclusão que marcam a sociedade brasileira. Nesse sentido, o Serviço Social assume um papel central na mediação entre Estado e sociedade, na luta pelo acesso universal às políticas públicas e na ampliação da cidadania.

Os espaços sócio-ocupacionais da categoria se espalham por diferentes áreas, tais como saúde, assistência social, educação, previdência, meio ambiente, entre outras. O/a assistente social atua também no planejamento, execução e avaliação de políticas sociais, bem como na mobilização e organização da população usuária, fortalecendo o protagonismo coletivo na defesa de seus direitos. Essa abrangência reforça a relevância da profissão na materialização de políticas sociais que busquem responder, ainda que de forma limitada, às demandas da classe trabalhadora.

A partir do que foi expresso no tópico anterior, identificamos a relação com o movimento da realidade e as suas inflexões para a categoria, especialmente devido ao surgimento de novos desafios, ou antigos com novas roupagens. As demandas sociais também se tornam cada vez mais complexas, e podem ser observadas no aumento da pobreza, do desemprego, da violência, da insegurança alimentar e do aprofundamento das desigualdades estruturais. Tais fenômenos intensificam a procura pelos serviços públicos e pressionam ainda mais o trabalho profissional, que deve construir estratégias de atendimento capazes de responder de forma crítica e comprometida com os direitos da população, ainda que já esteja executando suas atividades de maneira sobrecarregada.

A organização e a dinâmica do trabalho do/a assistente social estão condicionadas pelo contexto institucional em que se inserem. Isso implica dizer que a atuação profissional sofre determinações das normativas, funções e atribuições estabelecidas pelos empregadores. Nesse cenário, o Serviço Social se encontra diante de constantes tensões, ou seja, de um lado as demandas e exigências organizacionais que delimitam o trabalho, de outro o compromisso



com o projeto ético-político da profissão, voltado à defesa de direitos e à emancipação humana. Vejamos:

Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem ainda um *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da *questão social* que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõe regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (Iamamoto, 2007 p. 218-219).

Logo, identifica-se que existe uma tensão constante entre os direcionamentos almejados pelos empregadores e o projeto ético-político do Serviço Social. Isso demonstra que existem algumas limitações entre o fazer profissional dos/as assistentes sociais e as influências externas, contudo, é importante que se tenha estratégias de consolidação e defesa de uma atuação crítica.

Em relação a qualidade do serviço que é oferecido por assistentes sociais, também temos alguns desafios, que são as atribuições redigidas pelos empregadores, a sobrecarga de demandas e a disponibilidade de recursos, sejam eles materiais, humanos ou financeiros (Iamamoto, 2007). Os desafios apresentados comprometem a efetividade das atividades que podem e devem ser oferecidas por assistentes sociais. Desse modo, a categoria necessita realizar reflexões contínuas, e assim, ter subsídios críticos e criativos para responder às necessidades da população usuária.

Ademais, as contribuições de Mioto e Nogueira (2013), nos dão subsídios para exemplificar mais algumas dificuldades encontradas por assistentes sociais diante das influências contraditórias que atravessam a categoria em diferentes campos de atuação das políticas sociais. As autoras falam sobre a autonomia profissional e os desafios da sua efetivação diante da requisição de mais compreensão sobre o fazer profissional diante das mudanças no trato das políticas sociais, a requisição de respostas qualificadas a medida que assistentes sociais ocupam diferentes equipes e espaços, a focalização das políticas e entidades privadas financiadas pelo Estado para gerir os serviços sociais. Sendo assim:

Isso expõe os profissionais a operarem em lógicas bastante contraditórias. Ao mesmo tempo em que se colocam diretrizes, guias e parâmetros, emanados a partir da “garantia de direitos sociais” pautada pelo Estado, as referidas entidades buscam também atender às respectivas lógicas que sustentam a sua existência, exigindo um processo de acomodação de interesses por parte dos profissionais (Mioto e Nogueira, 2013, p.67).

Conclui-se que a atuação profissional dos/as assistentes sociais é permeada por tensões que expressam, simultaneamente, as exigências institucionais e os princípios do projeto ético-político da profissão. Essa condição expressa a complexidade do exercício profissional, especialmente diante do aprofundamento das desigualdades sociais e do processo de restrição de direitos. Nesse cenário, a categoria é convocada a desenvolver respostas



críticas e fundamentadas, capazes de articular a defesa da cidadania com estratégias de resistência frente às determinações impostas pelos empregadores e pelas políticas sociais focalizadas.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Serviço Social, desde sua gênese, tem sido atravessado por tensões entre práticas conservadoras e a direção crítica sustentada pelo projeto ético-político da profissão. Apesar dos avanços conquistados com o movimento de reconceituação e com a consolidação de uma base teórica crítica, a realidade contemporânea, marcada pelo avanço do neoliberalismo e do conservadorismo, impõe limites à autonomia profissional, restringe direitos e intensifica os desafios da categoria no enfrentamento da questão social.

Diante desse cenário, reafirma-se a centralidade da atuação crítica dos/as assistentes sociais como resistência às formas de exploração, exclusão e precarização da vida social. O compromisso com a democracia, a defesa intransigente dos direitos e a busca pela emancipação humana permanecem como fundamentos indispensáveis da profissão, exigindo estratégias de enfrentamento criativas e coerentes com a realidade brasileira, sem perder de vista a luta coletiva pela transformação social.

Nesse contexto, torna-se imprescindível fortalecer os espaços coletivos de organização e debate da categoria, bem como investir permanentemente na formação crítica e na produção de conhecimento comprometido com a realidade social. A articulação com os movimentos sociais, com outras categorias profissionais e com os usuários das políticas públicas configura-se como estratégia fundamental para a ampliação de direitos e para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. Assim, mais do que responder às demandas imediatas, a profissão reafirma sua dimensão interventiva e propositiva, contribuindo para a construção de alternativas que enfrentem as desigualdades estruturais e apontem para uma sociabilidade fundada na justiça social e na dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ATAÍDES, Andreza Caroline de. **Serviço Social e Conservadorismo: gênese, rupturas e retrocessos**. 2024. 149. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2024.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. Revista, Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos, São Paulo: Cortez, 2015.



IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 61-71, 2013.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SCHEFFER, G. et al. **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. In: IAMAMOTO, Marilda; SANTOS, Cláudia Mônica (Org.). São Paulo: Cortez Editora, 2021.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. O legado do movimento de reconceituação latino-americano para o serviço social brasileiro. **Temporalis**, v. 22, n. 44, p. 151-168, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 7-12, 2019.